

Émile Durkheim e suas contribuições para a Educação

LARA, Natália Bianca Bruni de

TEODORO, Cristiane Aparecida Zambolin

Resumo

Este artigo consiste na análise sobre a profissão docente, para tanto, procurou-se investigar as contribuições que a Sociologia oferece para a educação e a profissão docente, para tanto, utilizamo-nos dos escritos deixados por Émile Durkheim para compreendermos qual o papel da educação na sociedade. Objetivou-se destacar o modo pelo qual sociedade e indivíduo são formados e qual a função da educação nesse processo, considerando nossa atual realidade educacional. A breve revisão bibliográfica permitiu destacar pontos primordiais sobre a teoria Durkheiminiana, levando-nos a conclusão de que nossas ações enquanto profissionais docentes estão carregadas de ideologias e condutas morais e, mesmo que não tenhamos consciência, contribuimos significativamente para a manutenção da organização social, moral, étnica da sociedade bem como para seu desenvolvimento.

Palavras chave: Émile Durkheim. Educação. Sociedade.

Introdução

Muitas são as pesquisas que se questionam sobre qual a função da Educação, afinal, para que desempenhamos a tarefa de educar? Facilmente podemos responder que a educação tem como principal papel inserir o aluno em sociedade, no entanto, ao realizarmos essa afirmação, acabamos por gerar outras dúvidas, afinal que sociedade é essa de que tanto se fala se vivemos inseridos em uma multiculturalidade? Há uma sociedade uniforme que torna possível propor a mesma educação a todos? Há de fato uma educação única em nosso país?

Tais questionamentos não são tão facilmente respondidos, no entanto é possível compreender o modo pelo qual a educação tem se desenvolvido e como a mesma está em função da sociedade em que vivemos. De fato, não há uma única educação brasileira, mas há finalidades que se assemelham, em outras palavras, há características comuns que qualificam o papel da educação.

Tais finalidades são impostas pelo conjunto moral que há designado em cada sociedade, embora em um mesmo país haja diversas classes sociais e culturais como ocorre no Brasil, há também normas e regras morais que são as mesmas em todo território nacional. Essas normas orientam a base educacional e direcionam o caminho pelo qual o país e a sociedade pretendem conduzir seu desenvolvimento.

Desse modo, a educação exerce um poder de influência sobre os indivíduos, procurando inserir em sua formação valores sociais coletivos, que contribuam para a regularização e predomínio do bem comum. Tal pressuposto é defendido pelo sociólogo Émile Durkheim que defende a premissa de que o indivíduo deve ser formado pela sociedade e atribui à educação papel primordial nesse processo.

Para estudarmos as contribuições de Émile Durkheim para a educação realizaremos um diálogo entre as ideias do autor e nossa educação atual, procurando destacar o papel do professor nesse contexto.

1 Émile Durkheim e os fatos sociais

Durkheim (1859 – 1917) foi um sociólogo francês que viveu em um momento de ascensão do capitalismo no qual o individualismo estava se sobrepondo ao bem comum, fator esse que pode ter influenciado o autor a escrever sua teoria valorizando o bem coletivo e a organização social acima da particularidade de cada pessoa. Para o referido a individualidade não é algo que inexista na sociedade, no entanto somos formados pela moral comum que organiza o meio em que estamos inseridos, assim dedicou – se a estudar os fatos sociais e como os mesmos influenciam a formação dos sujeitos que compõem a sociedade.

Nem toda ação que ocorre na sociedade pode ser considerado como um fato social há algumas que estão intimamente relacionados à natureza humana e não se caracterizam como uma regra de conduta, pois ocorrem indistintamente como comer, dormir etc. Por isso Durkheim esclarece que todo fato social deve ser compreendido a partir de três características que diferem os fatos sociais daqueles que estão ligados ao âmago da natureza humana que são a exterioridade, a coerção e a generalidade.

Para que um fato seja considerado como social primeiramente ele tem que ser exterior ao indivíduo, ou seja, o ato de comer, beber, dormir não é característico como fato social porque o ser humano precisa cometer essas ações para sobreviver, sendo assim não são impostas por regras ou normas morais. A esse respeito, Silva (2005, p.3) esclarece que:

Há certos fatos que ocorrem na sociedade, como, por exemplo, comer, beber, dormir, que são intrínsecos à natureza humana, isto é, são maneiras de agir que não se encontram instituídas como regras de conduta, fora das consciências individuais. Quer dizer, nas diversas sociedades jamais existiram normas de comportamento que, implícita ou explicitamente, obrigassem as pessoas a comer, beber ou dormir. Se essas normas existem, é para obrigar as pessoas a comer, beber ou dormir de uma determinada maneira, mas não para executar o ato em si. As regras de conduta que existem no exterior das consciências particulares se referem aos atos religiosos, políticos, profissionais, conjugais, etc. São regras que, independentemente de estarem presentes nas consciências individuais, se encontram instituídas na consciência coletiva.

É preciso também que haja a coerção, é preciso que o fato exerça poder sobre o indivíduo, é o que acontece quando sabemos que temos que trabalhar, estudar, adquirir bens, casa própria, carro etc. São condutas impostas socialmente e que, mesmo que não estejamos conscientes dessas imposições, acabamos por obedecer a moral estabelecida. À esse respeito, destacamos:

O fato, para ser social, além de ser exterior ao indivíduo, deve exercer um poder imperativo e coercitivo sobre os indivíduos. É o caso das crenças religiosas, políticas, dos deveres dos pais, dos deveres dos cônjuges, das modas, dos preceitos profissionais, etc. O poder de coerção dessas maneiras de agir, de pensar e de sentir, se manifesta na obrigatoriedade com que os indivíduos devem seguir as regras socialmente instituídas fora das consciências individuais. A consciência coletiva estabelece que, por exemplo, os pais devem cuidar dos filhos até a maioridade e que os filhos devem respeitar os pais. Se pais e filhos não cumprem estas determinações da consciência coletiva, explicitamente, por meio das leis ou da opinião pública, eles são punidos pela moral social. (Silva, 2005, p.3)

E por último, o fato social deve ser generalizado, ou seja, deve existir na consciência da maioria das pessoas que fazem parte daquela sociedade. Desse modo, o fato se torna social quando há um entendimento de que é preciso cumprir alguma regra moral externa as ações naturais do ser humano e a maior parte da população aceita essa imposição. Ainda citando Silva (2005, p.4), assinalamos que:

Quanto mais geral é o fato social, maior é o poder de coerção que ele exerce sobre o indivíduo. Isto significa dizer que, quanto menos extensos são os valores ou as regras de conduta, menor é a sanção da sociedade sobre os indivíduos que os desrespeitam e, ao contrário, quanto mais extensos são estes valores ou regras de conduta, mais severa é a sanção da sociedade sobre os infratores.

Desse modo, a organização social compreende normas e regras morais que são impostas pela sociedade ao indivíduo, e por sua vez, este último acata a coerção exercida socialmente haja vista que se agir contrariamente ao que é posto, sofre sanções e penalidades sociais. Podemos citar como exemplo àquele indivíduo que comete um roubo, ele é punido de acordo com as normas e regras da sociedade em que está inserido, no Brasil pode ser privado de sua liberdade, em alguns países do oriente pode ter suas mãos amputadas.

Cada sociedade organiza-se diferenciadamente de acordo com seus valores, crenças, religião entre outros fatores, essas normas estabelecidas não foram criadas individualmente, mas são o “produto da vida em comum e exprimem as suas necessidades. São até, na maior parte, obra das gerações anteriores”. (DURKHEIM, 2007, p.45)

Para Durkheim, as sociedades evoluem de uma forma inferior para uma superior, nessa mudança, os indivíduos deixam de agir coletivamente apenas porque possuem semelhanças entre si e passam a agir coletivamente porque precisam, porque passa a ocorrer uma dependência entre os indivíduos. Para essa forma inferior de sociedade, o autor nomeia como Solidariedade Mecânica, para a forma superior Solidariedade Orgânica. Lucena (2010, p.297) assevera que: Na solidariedade mecânica os homens estão unidos a partir da semelhança de valores expressos na religião, tradição ou sentimento comum. Este é um tipo de solidariedade à qual a sociedade tem coerência porque os indivíduos ainda não se diferenciam. A solidariedade orgânica, por sua vez, é diferente da solidariedade mecânica. Solidariedade orgânica é aquela em que o consenso resulta de uma diferenciação, ou se exprime por seu intermédio. Dentro desta concepção, os homens não se assemelham, sendo diferentes entre si. A união desses homens só é possível a partir da dependência que um tem do outro para realizar alguma atividade social. Isto posto, se as sociedades evoluem ao longo do tempo, existem concomitantemente sociedades primitivas e as mais evoluídas com organizações mais complexas, no entanto em ambas é sempre a sociedade que predomina sobre o indivíduo, pois este deve moldar-se as normas pré-estabelecidas. Nas sociedades primitivas a coerção existe porque os indivíduos se assemelham, em contrapartida, nas sociedades mais evoluídas há mais autonomia, pois a divisão social do trabalho exige uma maior individualidade, no entanto aumenta a interdependência, mantendo a coesão social porque precisam uns dos outros. Nessa perspectiva, os sujeitos devem ser inseridos nas regras morais existentes na sociedade desde a mais tenra idade, para que possam dar prosseguimento a ordem e

ao desenvolvimento social, é preciso que ocorra a internalização dos costumes para que não haja o que Durkheim chama de anomia social, quando os indivíduos perdem a identidade social, momento pelo qual a organização social é interrompida e ocorrem quase sempre de maneira brusca as mudanças sociais.

Nesse emaranhado, a educação torna-se fundamental para que a coesão social seja estabelecida, haja vista que a criança passa a ser educada desde o seu nascimento pela família, a igreja e posteriormente a escola. Estas instituições configuram-se como reguladoras, as quais ensinam aos mais jovens as regras morais que precisam ser assimiladas para que a vida em sociedade torne-se possível.

2 Educação e sociedade

A educação é o meio pelo qual a sociedade exerce grande influência sobre o indivíduo, desde os primórdios de sua existência, as instituições sociais ensinam as normas que o mesmo deve aprender para ser inserido em sociedade. Em um primeiro momento, a criança passa por um processo educacional familiar, no qual os pais orientam os filhos para as regras elementares de convívio, como o falar, como se comportar, como e quando se alimentar, enfim, regras que iniciam o convívio da criança em sociedade, em suma, Durkheim afirma que é irrelevante pensar que podemos criar nossos filhos da maneira como queremos.

Após esse momento inicial da vida do indivíduo, ele é conduzido a uma educação mais formal, fornecida pelas instituições escolares. Nesse momento o jovem aprendiz passa a receber uma educação mais formal, com a preocupação de transferir os conhecimentos acumulados pela sociedade para que o referido se torne capaz de contribuir para o desenvolvimento social. Para Durkheim, a educação é sempre realizada pela transmissão dos conhecimentos acumulados pelos mais velhos aos mais jovens, é um processo pelo qual “o egoísmo pessoal é superado e transformado em altruísmo, que beneficia a sociedade. Sem essa modificação substancial do homem individual em ser social, a sociedade não seria possível.” (FREITAG, 1986, p.16)

Nesse contexto, o professor possui papel fundamental, pois é este que irá exercer diretamente o papel de transmissão ao aluno, mesmo que não tenha consciência dessa função social, acaba por moldar o aluno em regras morais que precisam ser seguidas para obter o sucesso individual regularizado socialmente. Quando o professor direciona seus alunos a seguirem um determinado caminho em suas vidas está influenciando para que cumpram o que a sociedade espera deles. Um exemplo pode ser visto na preparação dos jovens para cursar uma universidade, nos últimos anos esta se tornou uma exigência social e todos aqueles que decidem não cumprir são vistos como uma patologia, ameaçados socialmente de não obterem o mesmo prestígio e sucesso por se negarem a cumprir uma etapa imposta.

No entanto, cabe destacar que mesmo dentro de uma mesma sociedade a educação não é homogênea, isso porque os indivíduos que a formam também não o são, a diversidade moral existente exerce influência na qualificação de cada profissão, isso ocorre especialmente através do requisito de hereditariedade, deste modo sugerimos que às funções de poder e subordinação já são pré-estabelecidas socialmente. Dando ênfase a afirmação, destacamos as palavras do autor:

...como a criança deve ser preparada tendo em vista a função que será chamada a desempenhar, a educação, a partir de uma certa idade, não pode mais continuar a ser

a mesma para todos os assuntos a que se aplica. É por isso que, em todos os países civilizados, tende cada vez mais a diversificar-se e a especializar-se; e esta especialização torna-se cada vez mais precoce. (DURKHEIM, 2007, p.50)

Por consequência, a educação destinada às classes sociais favorecidas economicamente se diferenciam daquelas desfavorecidas, no entanto há uma base educacional comum entre elas até que se chegue a um determinado ponto de divergência. Em outras palavras:

Mas, qualquer que seja a importância destas educações especiais, elas não são toda a educação. Podemos mesmo dizer que não se bastam a si mesmas; onde quer que as observamos, não divergem umas das outras senão a partir de um certo ponto aquém do qual se confundem. Repousam todas numa base comum. Não há povo onde não exista um certo número de ideias, de sentimentos, de práticas que a educação inculca a todas as crianças indistintamente, seja qual for a categoria social a que pertence. (DURKHEIM, 2007, p.51)

A educação consiste na socialização das gerações mais jovens, nas sociedades modernas, caracteriza-se pelo controle do ser natural pelo ser social, todos nós somos formados pelo individualismo e pela coletividade, sendo essa dependência mútua o que regula nossas ações em sociedade. O homem só apresenta aquilo que possui de melhor através desse processo educacional, isso porque a socialização nos obriga a conter os instintos mais primitivos e a desenvolver as qualidades mais desejáveis.

Enquanto professores estamos constantemente limitando e ao mesmo tempo desenvolvendo as habilidades de nossos alunos. A limitação ocorre quando tentamos impor as regras que acabam por diminuir as ações mais instintivas dos jovens, estabelecendo horários e momentos adequados para cada ação, como por exemplo o momento de falar, de sair da sala, de se levantar, entre outros, ao mesmo tempo tentamos constantemente desenvolver as habilidades que julgamos necessárias para o futuro, quando o aluno é muito bom em cálculos ou desenho e argumentamos que precisa-se de profissionais nessa área.

A educação está a serviço da sociedade, como regras morais não são passadas hereditariamente, precisam ser ensinadas as gerações mais novas e essa função cabe as gerações mais velhas, esse é um ciclo que se repete, pois, enquanto profissionais docentes, por vezes espelhamo-nos nas ações que nossos professores tiveram e repetimos seus feitos.

Ao analisarmos esses apontamentos, aparentemente a educação por estar a serviço da sociedade seria uma verdadeira tirana, por querer moldar o aluno nesse sistema arbitrário, no entanto Durkheim afirma que o indivíduo aceita essa situação porque é algo favorável a ele, tendo em vista que desenvolve o que o referido possui de melhor. Nas palavras do autor:

...o ser que novo que a acção coletiva, por via da educação, edifica assim em cada um de nós, representa o que há de melhor em nós, o que há em nós de verdadeiramente humano. O homem, com efeito, só é um homem porque vive em sociedade.

Nesse sentido, o homem só se constitui homem porque a sociedade o transforma para isso, desenvolvendo suas principais habilidades. Em contrapartida, ao ter o seu melhor exposto, o homem contribui para o desenvolvimento social, proporcionando também o melhor para a sociedade em que vive.

Podemos sugerir que para Durkheim o indivíduo ao nascer caracteriza-se como uma “tabula rasa” que, aos poucos será moldado pelas instituições sociais para que a vida social seja possível. Com isso, indagamos sobre a liberdade de expressão e reflexão desse indivíduo, pois reiterando o que já foi dito, àqueles que decidem não seguir essas regras são vistos como “um objeto estranho dentro de um organismo” e por isso devem sofrer repreensões.

À vista disso, a educação na teoria Durkheimiana, por vezes, acaba recebendo um aspecto reprodutor, na qual o aluno é enquadrado dentro de um perfil social imposto e produzido ao longo do tempo. Tal característica reprodutora pode gerar uma educação limitadora, na qual se estimula apenas aquelas potencialidades consideradas mais favoráveis para a socialização do indivíduo. As mudanças sociais nesse paradigma ocorrem de forma mais lenta e visam à melhoria dos aspectos sociais, mas sem que haja algum tipo de desordem ou anomia, ou seja, são mudanças impostas, em sua maioria, por àqueles que detêm o controle social e ocorrem em um processo lento e gradual, sem grandes impactos no cotidiano.

Para completarmos a linha de pensamento aqui exposta, cabe estabelecer uma breve comparação à teoria de Karl Marx, que se opõe a do autor em questão. Enquanto Durkheim prioriza a estabilidade e continuidade das representações sociais, Marx defende a premissa de que a educação deve priorizar a formação crítica do aluno para que este seja capaz de realizar uma transformação social, desse modo sua teoria está alicerçada na luta de classes e no conflito social. Esse desacordo entre as teorias permite concluirmos que a educação para Durkheim acaba por ser a mantenedora da ordem social, na medida em que prioriza a reprodução do conhecimento acumulado e a constância da realidade social.

Considerações Finais

O homem desde seu nascimento é inserido em sociedade e aprende a viver de acordo com as regras e normas morais estabelecidas socialmente. A coerção social existente faz com que o ser humano desenvolva-se valorizando o que possui de melhor em seu potencial o que contribuirá gradativamente para o desenvolvimento da sociedade.

Neste processo a educação possui função primordial, pois é esta que irá ensinar o indivíduo os conhecimentos acumulados pela sociedade ao longo do tempo. Em nosso sistema de educação atual, a criança deve começar a frequentar as instituições escolares por volta dos quatro anos de idade e permanece até por volta dos vinte e cinco anos, isso porque espera-se que sejam cumpridas todas as etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior), nesse tempo é a escola que irá formar o aluno para cumprir seu papel social, de cidadão, inserindo as regras e normas morais para o convívio em sociedade e concomitantemente desenvolvendo suas melhores habilidades.

Portanto, torna-se evidente a responsabilidade atribuída à profissão docente, haja vista que é este o responsável por esta transmissão e desenvolvimento de habilidades, essa cobrança é feita cotidianamente nas escolas pelos pais dos alunos e pela sociedade em geral para que ocorra o crescimento individual e a evolução social.

Referências Bibliográficas

DURKHEIM, Emile. A Educação, a sua natureza e o seu papel. In: Educação e Sociologia. Lisboa: Edições 70, 2007. Cap. 1, p. 43 – 70.

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. 6. ed. São Paulo: Ed.Moraes, 1986.

LUCENA, Carlos. O pensamento educacional de Émile Durkheim. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 295-305, dez. 2010. Disponível em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/40/art18_40.pdf. Acesso em: 22 dez. 2014.

SILVA, José Otacílio da. A educação como fator de integração social na sociologia de Émile Durkheim. Disponível em:

<http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/educacao/medu03.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2014.

